

DEMOCRACIA NA PRÁTICA



SOBRE NÓS

A **CRIOLA** foi fundada em 1992 por mulheres negras de diferentes inserções políticas para enfrentar o racismo patriarcal cisheteronormativo que ainda gera graves violações dos direitos das meninas e mulheres negras. Nossa missão é atuar para a erra-

dicação do racismo patriarcal cisheteronormativo, contribuindo com a instrumentalização de mulheres negras jovens e adultas, cis e trans, e com a ação política para a garantia dos direitos, da democracia, da justiça e pelo Bem Viver.

APRESENTAÇÃO

Temos acompanhado, principalmente a partir de 2016, sistemáticos ataques à democracia e aos direitos humanos, com restrição ao diálogo, à circulação de informações e à participação cidadã. A gestão

do ex-presidente Jair Bolsonaro e seu grupo de apoio político aprofundaram a crise adotando como estratégia a manutenção da política de austeridade em relação aos gastos sociais, a desestruturação de serviços e políticas públicas, a rejeição do diálogo com a sociedade,

esvaziamento de instâncias de participação política, promoção de desinformação, além de práticas de desqualificação pública, criminalização e violência (letais, em alguns casos) contra grupos populacionais (negros, quilombolas, LBTQIA+, indígenas), organizações e movimentos sociais Movimentos negros

e movimentos de mulheres negras, articulados em redes e coalizões, têm enfrentado esses diversos processos de violência e violação de direitos humanos afirmando que “Enquanto houver racismo, não haverá democracia”! Da mesma forma, têm denunciado, nacional e internacionalmente, os obstáculos impostos pelo racismo patriarcal cisheteronormativo à maior participação política da população negra, em especial das mulheres negras cis e trans.

A mudança de governo, com a defesa de uma plataforma política alinhada aos direitos humanos, ao enfrentamento às injustiças e desigualdades sociais, gera ainda inúmeras preocupações em razão da situação de desestrutura da máquina estatal e de frequentes episódios geradores de instabilidade política.

Como exemplos, vê-se o aumento da violência política e as estratégias para desacreditar o processo

eleitoral, agravadas com os violentos ataques realizados por apoiadores do expresidente à sede dos três poderes em Brasília no dia 8 de janeiro. Novos detalhes desse ataque começam a ser revelados somente agora, com a instauração de CPMI, de novas denúncias e de tentativa de vazamento de dados.

Criola, por meio do projeto “MULHERES NEGRAS NA LUTA POLÍTICA PELA CONQUISTA DE DIREITO”, apoiado por Instituto Raça e Igualdade, desde 2021 monitora os processos de fechamento do espaço cívico na sociedade brasileira, considerando aspectos significativos à participação, representação política e garantia

de direitos para as mulheres negras cis e trans. No período de 2021 a 2022, o projeto mapeou o fechamento do espaço cívico (aqui), com amplo debate por organizações negras (15/10/2021). Na sequência, de 2022 a 2023, com base neste documento, temos acompanhado quatro grupos de players estratégicos: organismos internacionais, organizações da sociedade civil, os poderes legislativo e executivo.

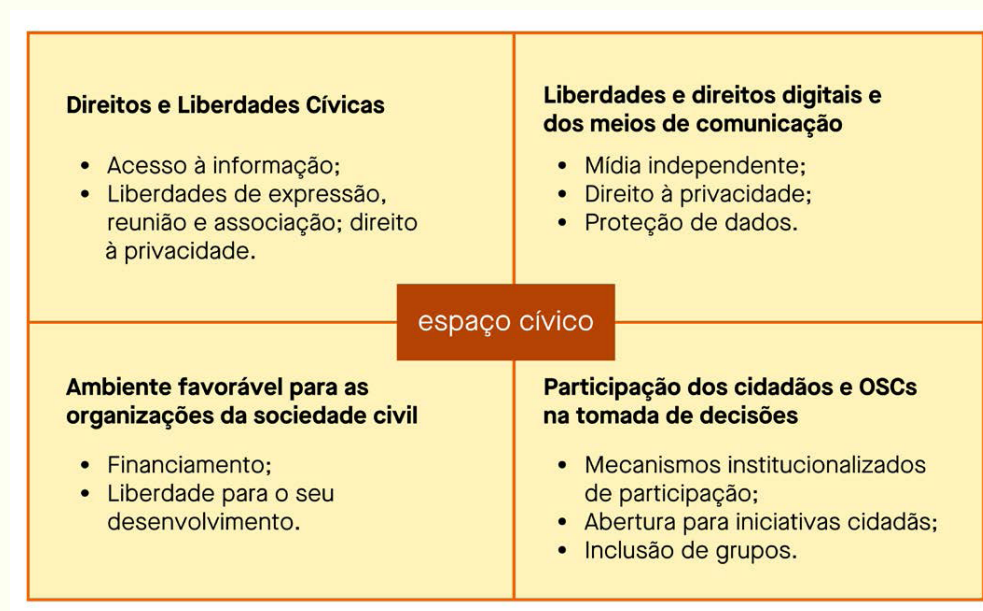
Com objetivo de ampliar as capacidades das organizações de mulheres negras cis e trans para o enfrentamento do racismo patriarcal cisheteronormativo, Criola apresenta com “Democracia na Prática” uma série de quatro informes para leitura e debate sobre o trabalhoso caminho para alcançarmos maior participação política de mulheres negras no espaço cívico em nosso país.

VENHA MARCHAR CONOSCO!

MAS... O QUE CHAMAMOS DE ESPAÇO CÍVICO?

O espaço cívico é elemento essencial na construção de uma sociedade democrática. Mesmo abstrato, pode ser entendido como um conjunto de condições legais, políticas, institucionais e

práticas necessárias para que as organizações da sociedade civil (OSCs) tenham acesso à informação, se expressem, se associem, se organizem e participem na vida pública.¹



Fonte: Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD).
(Tradução: Marina Fonseca)

1. Informações disponibilizadas pela Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD).

Há, de modo geral, na comunidade internacional de direitos humanos², a percepção de que o espaço cívico está se fechando, em várias partes do mundo, o que produz sérios impactos sobre o controle das ações governamentais, sobre a implementação de políticas públicas, a oferta de serviços públicos e a garantia de direitos humanos. Esse “fechamento” desenvolve-se em um processo que envolve medidas formais, como por exemplo alterações legislativas, regulamentações e arranjos administrativos; bem como medidas e atos informais, tais como opiniões e discursos públicos, posicionamento arbitrário e estigmatizantes sobre os atores da sociedade civil, além de ameaças e violências físicas.

E ISSO IMPACTA A VIDA DAS MULHERES NEGRAS?

E muito. Quanto mais altos os números de crimes de ódio com motivação racista, misógina, xenófoba e LGBTQIAP+fóbica, quanto mais violência política, quanto mais casos de racismo religioso, quanto mais dificuldades nas interações com agentes policiais e do sistema de justiça, quanto mais obstáculos ao acesso à informação, quanto menos garantias de direitos aos ativistas e líderes sociais, especialmente negras e indígenas, mais distante estamos de consolidar o que expressa o real sentido de democracia para as meninas e mulheres negras deste país.

2. Em “A Defesa do Espaço Cívico” de Ilona Szabó.

“Na condição de protagonistas da proposição de outra forma de ver e intervir no mundo, sintetizada nos fundamentos do Bem Viver, oferecemos ao Estado brasileiro nossas experiências historicamente acumuladas como forma de construirmos coletivamente uma outra dinâmica política. Pelo que se viu, essa outra dinâmica é impossível sem a superação do racismo, do sexismo e de todas as formas de discriminação, responsáveis por subtrair a humanidade de mulheres e homens negros”

(Carta das Mulheres Negras, 2015)

O QUE ESTAMOS ACOMPANHANDO?



Criola acompanha, desde 2022, quatro indicadores para analisar as evidências do processo de fechamento dos espaços cívicos para mulheres negras cis e trans: 1. Segurança Pública e Terrorismo; 2. Reformas; 3. Direitos Sexuais e Reprodutivos; 4. Orçamento Público.

Os indicadores abrangem áreas que possuem impacto direto na vida das mulheres negras e também auxiliam na análise da implementação de políticas e acordos internacionais como a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a Convenção Interamericana de Direitos Humanos, a Declaração de Durban, entre outras.

Indicador 1

16

PAZ, JUSTIÇA E
INSTITUIÇÕES
EFICAZES

SEGURANÇA
PÚBLICA
E TERRORISMO



O Brasil, como um Estado Democrático de Direito, formalizou direitos sociais, civis e políticos em prol da proteção da dignidade humana de seus cidadãos. Entretanto, os efeitos do racismo e do patriarcado cisheteronormativo tornam-se um desafio constante à efetivação da plena condição de cidadãs de mulheres negras trans e cis. Na reivindicação por direitos, desde o início do período republicano, esse grupo tem enfrentado uma

composição discursiva contrária à sua ação cívica por direitos humanos e à atuação de suas organizações na sociedade civil.

Na busca por direitos e/ou justiça, mulheres negras cis e trans estão mais sujeitas a vivenciar situações que violam direitos, que ameaçam sua integridade física e psicológica, sua segurança pessoal e a de suas comunidades.

O Brasil é o quarto país que mais mata defensores dos direitos humanos e ambientalistas³. Apenas no primeiro trimestre de 2023 foram registrados 114 casos de violência política⁴. A elevação do número de casos de ataques, assédio, detenção arbitrária, desaparecimentos, homicídios ilegais, criminalização e atos de

intimidação e represália destinadas às defensoras de direitos humanos negras, trans e travestis, representantes de povos e comunidades tradicionais, eleitas democraticamente pelo voto popular e/ou organizadas em movimentos sociais, comprometem a estabilidade dos quatro pilares do espaço cívico brasileiro.

EVIDÊNCIAS



3. <https://anistia.org.br/informe/informe-2022-23-da-anistia-internacional-destaca-avancos-e-retrocesos-no-mundo-sobre-direitos-humanos/>

4. <http://giel.uniriotec.br/?file=observatorio-violencia-politica-e-eleitoral>

OLHAR | Violência Política

Episódios como o assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ / 2018) e Anderson Gomes, os ataques às vereadoras Erica Malunguinho (PSOL-SP / 2019), Ana Lúcia Martins (PT-SC / 2020) e Benny Briolly (PSOL-SP / 2022), entre outros, atestam o fechamento do espaço cívico, especialmente a mulheres negras trans e cis, eleitas democraticamente. Seus posicionamentos quanto a temas como racismo, gênero, direitos sexuais e direitos reprodutivos, violência contra a mulher, concepção de família, visão sobre o cuidado, religião, as colocam como alvo prioritário de um campo conservador cristão, negacionista, pro-armamentista, anti-aborto, anti-imprensa, favoráveis ao agronegócio, racista, transfóbico e crítico aos Direitos Humanos.

Cabe lembrar que o perfil dos parlamentares eleitos em 2022 mantém-se o mesmo. Permanece a hegemonia masculina, sendo que a maioria dos deputados e deputadas eleitos são brancos (72%), seguidos de pardos (21%), pretos (5%), indígenas (0,9%), amarelos (0,58%), conforme os dados disponíveis na Câmara Federal ([CFEMEA](#), 2023).

As ameaças de estupro corretivo sofridas pela deputada federal Daiana Santos, deputada estadual Rosa Amorim (PT-PE) da vereadora Monica Benício (PSOL-RJ) e vereadoras Cida Fabellabella e Iza Lourença (PSOL-BH) e mais recentemente o assassinato de Mãe Bernadete, Iyalorixá e liderança quilombola, na Bahia (2023), evidenciam as múltiplas escalas e agentes externos geradores de medo, autoexílio, adoecimento social e mental, silenciamento, criminalização e, com desfechos trágicos, em morte.

DADOS

Pesquisas recentes demonstram aumento nos episódios de violência política (400%) nos últimos quatro anos, uma média de um caso a cada 26 horas em 2022. Apesar de serem minoria entre os eleitos, as pessoas negras são vítimas de 48% dos episódios de violência política em que foi possível identificar cor e raça (TERRA DE DIREITOS e JUSTIÇA GLOBAL, 2023).

O caso da vereadora Benny Briolly, mulher negra e trans, exemplifica os obstáculos e a insegurança enfrentada por mulheres na política no Brasil. A vereadora vem recebendo mensagens de teor racista e transfóbico desde 2018, que culmi-

naram em ameaças de morte a partir de 2021. A vereadora foi incluída no Programa de Proteção de Defensores de Direitos Humanos, porém as medidas de proteção não foram plenamente efetivadas levando a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) a outorgar medidas cautelares a favor da vereadora e sua equipe⁵.

FERRAMENTAS

No último relatório do Comitê das Nações Unidas para a Eliminação da Discriminação Racial – CERD sobre a situação do Brasil (CERD/C/BRA/CO/18-20), lançado em 2022, fica explícita a preocupação com a situação das defensoras dos direitos humanos no país.

5. <https://www.oas.org/pt/CIDH/jsForm/?File=/pt/cidh/prensa/notas/2022/159.asp>

O comitê reforça a importância de que o país adote uma legislação específica para a proteção de defensores dos direitos humanos e que reconheça e atenda as especificidades de defensoras negras, indígenas e quilombolas.

Em seu relatório de visita ao Brasil (A/HRC/53/38/Add.1), o Relator Especial sobre direito de reunião pacífica e de associação, Clement Voulé, demonstrou grande preocupação com o processo de fechamento do espaço cívico no Brasil. O relator manifestou sua **preocupação com os altos índices de violência no país**, especialmente na região da Baixada Fluminense, afirmando que “ações geram terror entre a população e impede aqueles que desejam concorrer a um cargo

se sintam seguros em se apresentar como candidatos. Assim, o risco de ser vítima de violência aumenta consideravelmente se houver chance de sucesso nas eleições”⁶.

A lei N°14.192/21⁷ estabeleceu normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher, porém a diversidade de canais destinados para receber as denúncias dispersa as notícias de crime. Em análise feita pelo MonitorA, “ainda que as vítimas tenham denunciado as eventuais violências sofridas no período eleitoral de 2022, nenhuma delas terá efetivamente o amparo legal trazido pela Lei 14.192/21, pois o procedimento atual não é célere o suficiente para assegurá-lo”⁸.

6. <https://www.ohchr.org/en/documents/countryreports/ahrc5338add1-visit-brazil-report-specialrapporteur-rights-freedom>

7. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14192.htm

8. <https://monitora.org.br/dados/uma-legislacaoainda-insuficiente/>

CRIOLA EM AÇÃO

Chamamos atenção para a situação de Defensoras de Direitos Humanos, coma entrega de documentos para o relator da ONU sobre liberdade de reunião Clement Voulé; para a relatora da OEA para populações afrodescendentes, Margarette May Macaulay.



OLHAR | Racismo Religioso

Os ataques à liberdade religiosa, de crença, expressão e associação contra adeptos de religiões de matriz afro-brasileira é histórico e estrutural. No período monitorado, observase o crescimento desse tipo de violência, com destruição do patrimônio material e imaterial de objetos sagrados, expulsão de lideran-

ças religiosas de seus territórios, subnotificação dos casos, com respostas ineficazes das instituições públicas na defesa de seus direitos, além de casos que envolvem perda de guarda, envolvendo o Conselho Tutelar, impedimento de ingresso em escolas, ou de exercício da profissão em espaços do judiciário.

“Se vai alguém para o terreiro, eles ficam abordando, mostrando a bíblia, fazendo gestos, eles sempre ficam atacando, xingando, até as crianças já foram alvo deles. (...). Ontem à tarde eles ficaram em frente ao terreiro, com carro de som, cantando e dizendo que nossa Casa era do satanás. Aí a gente foi para a porta e eles ainda continuaram, nós filmamos, e eles recuaram”

(Ogan Mailson Jorge dos Santos Costa)

Nos últimos meses, a intensificação dos episódios alcançou grande repercussão na imprensa e redes sociais[1]:

- Nos primeiros dias de 2023, na Bahia, dois terreiros foram invadidos e destruídos por policiais em disputa pela propriedade, em Vitória da Conquista e Camaçari; em fevereiro, outro registro de arrombamento de propriedade e destruição de patrimônio foi registrada, na região metropolitana de Salvador;

- Na mesma cidade, um motorista de aplicativo dispensou uma passageira, candidata à Deusa do Ébano, no concurso Noite da Beleza Negra, do bloco Ilê Aiyê dizendo ‘eu não levo gente da macumba no meu carro, não”.

- Na mesma cidade, um motorista bde aplicativo dispensou uma passageira, candidata à Deusa do Ébano, no concurso Noite da Beleza Negra, do bloco Ilê Aiyê dizendo ‘eu não levo gente da macumba no meu carro, não”.

Ela havia iniciado a corrida saindo do Terreiro de Jesus. O mesmo aconteceu no RJ com motorista recusando a transportar passageiras vestidas com roupas do candomblé, em maio/2023.

- No Distrito Federal uma adolescente de 14 anos foi impedida de entrar em escola cívico-militar, em Sobradinho, porque usava um fio de conta. Ao tentar mediar o caso junto à direção, o Pai de Santo foi xingado e a menina ameaçada com transferência da instituição;

- Também no DF, em julho/2023, um advogado é impedido de participar de uma audiência por estar trajando roupas do candomblé. O advogado cumpria período de preceito, trajando-se de acordo. O desembargador relator do caso classificou as roupas como desrespeitosas e inadequadas à Corte.

- A mãe de uma criança de um colégio de Salvador escreveu diversos ataques às religiões afro-brasileiras num exemplar do livro infantil Amoras, do rapper Emicida, que passou de mão em mão na sala de aula. Nas páginas que tratam dos orixás, ela acusou o autor de disseminar “blasfêmia” e “ideologia” de “religiões anti-cristãs”.

O crescimento das igrejas neopentecostais no país, o aparelhamento das instituições de justiça e direito alinhadas com este segmento conservador, cristão, antiaborto, etc, tem provocado o debate sobre a laicidade do Estado brasileiro, os limites do conceito de intolerância religiosa, a expansão deste grupo em prefeituras e municípios, bem como nas casas legislativas.

O acesso negado ou dificultado aos serviços de saúde; a não autorização para o uso dos paramentos religiosos; o rechaço às manifestações culturais negras; a proibição de uso de espaço comum para oferendas, bem como os ataques, ofensas e difamações em redes sociais têm sido discutidos e denunciados sem sucesso **(Criola, 2022)**.

DADOS

Em 2016 foram registradas 759 denúncias, 19% das vítimas eram pertencentes às religiões Umbanda e Candomblé e 4,35% à outras religiões de matriz africana. É importante considerar que, de acordo com o último censo realizado pelo IBGE em 2010, apenas 0,3% da população brasileira é de religião de Matriz Africana.

O Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania indicou que, até o mês de novembro de 2022, foram 1072 situações denunciadas, 45% a mais que em 2020. Dados que mostram um grave cenário, e que se torna ainda mais perverso ao saber que as violências sofridas pelas religiões de matriz africana são subnotificadas.

FERRAMENTAS

Criação do Dia Nacional das Tradições das Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé (21 de março), através da lei federal [nº 14.519/23](#), em retomada pelo governo federal de instrumentos de valorização da memória e homenagem às Tradições das Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé por sua contribuição à identidade nacional;

Lei estadual aprovada no Rio de Janeiro ([Lei 9301/21](#)), Abril Verde. Ela estabelece que órgãos da administração direta, indireta e autarquias dos poderes Exe-

cutivo, Legislativo e Judiciário poderão promover ações de prevenção ao racismo religioso, além de iluminar seus prédios na cor verde.

• CRIOLA EM AÇÃO •

Campanha “Ser de matriz africana é lutar por direitos”, voltada à valorização dos terreiros e embrando que, para além de religiosidade, esses são espaços guardiões da cultura afro-brasileira e promotores de saúde, cuidado, enfrentamento ao racismo e a todo o tipo de violência.

[CONFIRA OS VÍDEOS.](#)

Cartilha “Terreiros em luta: caminhos para o enfrentamento ao racismo religioso” resgata as leis, políticas e serviços de proteção ao racismo religioso em âmbito nacional e também com foco nos estados do Rio de Janeiro e Bahia.

[CONFIRA AQUI A PUBLICAÇÃO.](#)

Atividade com Margareth May no Ilê Axé Omiojuarô, em 31 agosto de 2022. Leia aqui. II Seção do Fórum Permanente de Pessoas Afrodescendentes pela ONU, Sede Nova York. Incidência política e denúncia internacional sobre racismo religioso e violação de direito das lideranças e seus adeptos.

[VEJA O VÍDEO COM PARTICIPAÇÃO DE LÚCIA XAVIER.](#)



Indicador 2

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

3 SAÚDE E
BEM-ESTAR




5 IGUALDADE
DE GÊNERO



A possibilidade de uma vida sexual prazerosa e livre de violência é retirada da mulher negra trans e cis, em diferentes etapas da vida, uma vez que o acesso a direitos sexuais e reprodutivos, como educação sexual, acesso à absorventes, acesso a alternativas contraceptivas, planejamento familiar e abortos seguros são negados pelo Estado e impactam o nascer, o viver e o morrer de meninas e mulheres negras no Brasil de 2023. Na análise **Criola** toma o concei-


to de **Justiça Reprodutiva**, que demonstra como a justiça social é determinante no acesso a direitos sexuais e reprodutivos. A distância da unidade de saúde, a falta de transporte para deslocamento, a insegurança alimentar, a falta de acesso à água e saneamento e a violência de Estado são exemplos dos diversos atravessamentos que interferem na garantia do acesso à saúde e aos demais direitos humanos sexuais e reprodutivos.



No que diz respeito ao fechamento do espaço cívico, de 2022 a 2023 verificase a falta de acesso a espaços de debate e de decisão sobre a saúde de mulheres negras, à definição de políticas e programas mais adequados às suas realidades de vida, casos de constrangimentos e tentativas de criminalização de mulheres e meninas que buscaram acesso ao aborto legal e seguro, garantido em lei.

Nos primeiros dias do atual governo determinou-se a revogação de medidas que dificultavam o acesso de mulheres e pessoas que gestam aos seus direitos ou que incentivavam práticas médicas sem embasamento científico.

Destaca-se, no período, a preocupação na comunidade internacional acerca da situação dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres no país. No último relatório da CERD sobre o Brasil (CERD/C/BRA/CO/18-20) constam diversas recomendações ao Estado sobre o enfrentamento ao racismo no sistema de saúde e sobre as dificuldades de acesso aos direitos sexuais e reprodutivos por mulheres negras, como exemplo destacamos o que diz respeito ao treinamento antirracista baseado em direitos humanos de todos os profissionais de saúde profissionais envolvidos na assistência à saúde sexual e reprodutiva de mulheres negras, indígenas e quilombolas, e garantia de acesso à interrupção voluntária legal da gravidez em condições seguras e dignas sem assédio ou esforços para criminalizá-los ou seus médicos;



OLHAR | Mortalidade materna, violência obstétrica e aborto legal entre mulheres negras

As taxas de mortalidade por motivos relacionados à gravidez são mais altas entre mulheres negras, sendo elas vítimas da sobreposição de diferentes tipos de violência durante o período gestacional, como a obstétrica e o racismo. A emergência sanitária causada pela pandemia de COVID-19 a partir de 2020 aumentou as restrições de acesso ao sistema único de saúde e ao acompanhamento pré-natal. O Brasil chegou a liderar as mortes maternas por COVID-19 no mundo, quando olhamos para as mulheres negras os números são ainda mais alarmantes.

Apesar da legislação brasileira considerar estupro de vulnerável qualquer tipo de ato libidinoso ou sexo com menores de 14 anos, o que se vê na prática é a dificuldade de acessar esse direito nos serviços de saúde.

O exemplo mais recente aconteceu no Piauí, onde uma menina de 12 anos, grávida pela segunda vez após um estupro, teve um defensor público nomeado para atuar em favor do feto por uma juíza da vara de Infância e Juventude de Teresina.

No período monitorado (2022 a 2023) foram adotadas medidas que dificultavam o acesso à interrupção da gravidez pelo SUS. Entre as medidas destaca-se a portaria GM/ MS nº 2.561, de 23 de setembro de 2020, que estabelecia a obrigatoriedade de a equipe médica comunicar à polícia, ou autoridades competentes, caso recebesse uma solicitação de aborto por violência sexual. Também recomendava a preservação de possíveis evidências materiais do crime de estupro, como fragmentos do embrião ou feto.

Como outro exemplo, tomamos a caderneta da gestante, em vigor no país até início de janeiro de 2023, que apresentava grandes retrocessos no combate à violência obstétrica, da qual as mulheres negras são as maiores vítimas. O documento reforçava o uso de práticas sem comprovação científica como a episiotomia, também havia sido retirado do documento as informações de que práticas como a manobra de Kristeller, atualmente banidas pela Organização Mundial de Saúde.

As medidas adotadas em 2023, como a revogação de medidas e da participação em tratados internacionais que feriam os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, como o desligamento da Declaração do Consenso de Genebra sobre Saúde da Mulher e Fortalecimento da Família e a tramitação da ADPF 442 serão analisadas mais detalhadamente no próximo informe, que abordará a situação dos *direitos sexuais e reprodutivos de mulheres negras cis e trans na democracia brasileira*.





DADOS

De acordo com os dados reunidos pelo Observatório Obstétrico Brasileiro de Covid-19, até maio de 2021, as **mortes maternas entre mulheres negras foi 77% superior às das brancas**, demonstrando o impacto do racismo institucional na saúde materna.

O aborto criminalizado é uma das principais causas de morte materna no Brasil, sendo as mulheres negras as mais expostas às consequências de um aborto clandestino, correspondendo a 47,9% das internações e 45,2% dos óbitos por aborto, contra 24% e 17% das mulheres brancas, respectivamente.

De acordo com a Pesquisa Nacional de Aborto⁹, as mulheres negras das regiões norte e nordeste do Brasil são as mais suscetíveis a passar por aborto de repetição, representando 74% do número total. A pesquisa indica que 52% do total de mulheres que abortou tinha até 19 anos quando passou pelo procedimento. Destas, 46% eram adolescentes a partir dos 16 anos e 6% tinham entre 12 e 14 anos.

FERRAMENTAS

Decisão brasileira, em janeiro de 2023, de associar-se ao [Compromisso de Santiago](#), de 31 de janeiro de 2020, adotado por ocasião da XIV Conferência Regional sobre a Situação da Mulher da América Latina e do Caribe (CRM/CEPAL, 2021), assim como à Declaração do Panamá (“Construindo pontes para um novo pacto social e econômico gerido por mulheres”), aprovado pela 39ª Assembleia de Delegadas da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM/OEA), realizada em maio de 2022.

9. Pesquisa Nacional de Aborto – 2021 - <https://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/nationalabortion-survey-brazil-2021/18689>

• CRIOLA EM AÇÃO •

Dossiê Mulheres Negras e Justiça Reprodutiva

ACP sobre Dignidade Menstrual:

Programa de Proteção e Promoção da Saúde e Dignidade Menstrual, previsto pela Lei Federal 4.214/2021.

Assista a ação!

Boletim Futuro do Cuidado

Artigo “Cadê meu absorvente?”

Folha de São Paulo, 2023.

É HOJE!

**MOBILIZAÇÃO PELA DIGNIDADE
MENSTRUAL PARA MENINAS E
MULHERES NEGRAS!**

**Cadê o meu absorvente? Quando o
nosso direito será cumprido
pelo governo federal?**

#DignidadeMenstrualJá #MulheresNegras



Indicador 3 **10** REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

REFORMAS



Monitorar as reformas propostas pelo Estado em diferentes áreas auxilia a compreender o que é encarado como prioridade pelo governo, assim como desenvolver análise transversal do racismo como estruturador de práticas políticas no Brasil. No período de 2020 a 2022 foram realizadas reformas na estrutura da administração pública federal que deixavam à mostra o projeto político de exclusão das populações negras, dos povos originários e quilombolas.

Destaca-se a flexibilização da política sobre armas e munições, que contou com o afrouxamen-

to da legislação, como a desorganização dos mecanismos de fiscalização e controle no país. O estímulo à uma lógica militarizada entre civis, a valorização e prioridade dadas a ampliação do arsenal de CAC's (colecionador, atirador desportivo e caçador) facilitou o acesso a armas de potente calibre por traficantes, milicianos e assaltantes, com controle incipiente do Exército e das políticas de segurança estaduais. Com profundo impacto na segurança da população negra a desconstrução política em torno do controle de armas ameaça, como vimos com o Indicador 1, a própria democracia.

No cenário atual, a nova regulamentação para o controle de armas e munições no país foi celebrada pela sociedade civil por reduzir o limite de armas por pessoa, o acesso a armamentos de maior calibre, regular os prazos para renovação dos registros informatizando dados sobre armas existentes. Os requisitos para aquisição de armas também foram alterados, incluindo laudo psicológico por profissional credenciado na Polícia Federal e comprovação de idoneidade

com pesquisa e cruzamento de dados, para identificação de investigações ou processos em nome do interessado.

Outro destaque são as reformas realizadas no âmbito eleitoral, que se propõe à combater as desigualdades causadas pelo racismo patriarcal cis heteronormativo. A implementação de cotas para mulheres e pessoas negras nos processos eleitorais destacou-se como indicador a ser observado.

OLHAR | Política armamentistas, Programa Ação da Segurança e Pacto pela democracia

Entre 2019 e 2022 foram publicados mais de 31 decretos e atos normativos para facilitar a compra e o porte de armas e munições no país. Com foco no grupo de colecionadores de armas, atiradores profissionais e caçadores (CACs) as medidas ampliam

a popularidade do antigo grupo governamental e seu projeto de poder. Nota-se pelo aumento em 474% do contingente deste grupo que passou de 117.467, em 2018, para 673.818 até o primeiro semestre de 2022.

As políticas de facilitação da compra e porte de arma tiveram efeito direto nos números de violência política e de violência contra a mulher, pois é o instrumento mais utilizado no assassinato de mulheres no país¹⁰. As mudanças realizadas na política armamentista no Brasil durante o último governo afetam de forma transversal os indicadores analisados sobre segurança pública e terrorismo, direitos sexuais e reprodutivos e reformas.

As armas integram a ideologia e projeto político deste grupo, que aposta na violência nas ruas como expressão de militância, que defende intervenção militar e fechamento do Congresso e do Supremo Tribunal Federal, como nos atos de maio de 2020 e no 08 de janeiro. Na análise de Cida Bento (2022:54)¹¹, “um na-

cionalismo antidemocrático que tem como base o supremacismo branco e o conservadorismo social e religioso”.

Apesar das mudanças realizadas pela nova gestão no que diz respeito a política armamentista, a quantidade de armas em circulação no país ainda é muito alta. O Programa de Ação na Segurança trouxe novas regras no que diz respeito a compra, posse e porte de armas de fogo, numa tentativa de reduzir o aumento de crimes violentos que ocorreu em 2022, de acordo com dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023). Os compromissos assumidos pela “Carta de Brasília”, de 27 de janeiro de 2023, visam promover o estado democrático de direito e a estabilidade institucional e social do país.

10. Instituto Sou da Paz – O papel da arma de fogo na violência contra a mulher.
<https://bit.ly/armasmulher2022>

11. O pacto da branquitude. Cida Bento (Cia das Letras, 2022).

Nesse sentido, destacam-se para acompanhamento, os diferentes sentidos e significantes mobilizados pelos grupos em disputa na esfera pública nacional acerca do que é classificado terrorismo e sobre uma sempre ameaça de criminalização das organizações sociais.

OLHAR | Reformas eleitorais, PEC da anistia

Em 2021, o Brasil fez reformas no marco regulatório de processos eleitorais, alterando as normativas para registro de federações partidárias; os critérios para a participação dos partidos e candidatos na distribuição de cadeiras; a distribuição, dentro dos partidos, dos recursos de financiamento público; a regulação da propaganda; violência política,

ca, em especial a prevenção, o combate e a punição da violência política contra as mulheres; e observação eleitoral nacional.

Na sequência, a proposta de emenda a constituição 9/23 altera a Emenda Constitucional nº 117, de 5 de abril de 2022, que versa sobre a aplicação de sanções aos partidos que não preencheram a cota mínima de recursos ou que não destinaram os valores mínimos em razão de gênero e raça nas eleições. De acordo com a pesquisadora Maria Paula Bucci a proposta legislativa significa “negar mais uma vez a representação dessas maiorias populacionais (respectivamente, 51,1% e 56,1% da população), que as regras políticas transformam em minorias (18,2 e 24,6% das cadeiras na Câmara Federal, respectivamente)”¹².

12. <https://jornal.usp.br/articulistas/mariapaula-dallari-bucci/o-estrago-da-anistia-eleitoralpec-9-23-vai-alem-de-mulheres-e-negros/>

Com intuito de perdoar as dívidas de partidos por descumprimento de cotas de gênero e raciais, além de irregularidades na utilização do fundo partidário, a CCJ e Câmara aprovam a Proposta de Emenda à Constituição 9/2023. O que está em jogo é o compromisso com a representatividade de pessoas negras e mulheres, além do substancial montante de R\$ 740 milhões que deixaram de ser repassados pelos partidos políticos a candi-

daturas negras e R\$140 milhões para candidaturas de mulheres, nas Eleições Gerais de 2022.

Para mulheres negras cis e trans acompanhar os mecanismos de promoção ou as barreiras à maior diversidade na política é estratégico uma vez que “a casa do povo” precisa da participação efetiva de mulheres negras cis e trans na política como reflexo da pluralidade da população brasileira.

DADOS

Ataques realizados ao sistema eleitoral, às urnas eletrônicas, ao STF e TSE, com defesa do voto impresso pelo ex-presidente em reunião com embaixadores, em 18 de julho de 2022.

Acompanhamento do processo eleitoral brasileiro por Missões Internacionais e missões técni-

cas de acompanhamento do processo eleitoral 2022;

Inelegibilidade do ex-presidente Jair Bolsonaro, por oito anos por abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação, em decisão do TSE em 30 de junho de 2023.

FERRAMENTAS

[TSE](#) - Relatórios de Missões
de Observação Eleitoral (MOE)

Indicador 4

ORÇAMENTO PÚBLICO

O orçamento público é um ponto central na análise dos processos de fechamento dos espaços cívicos, analisando a execução orçamentária e as prioridades do governo podemos compreender de forma mais aprofundada o impacto no cotidiano de mulheres negras trans e cis.

A alocação dos recursos do Estado na compra de sustentação política do governo, prática que foi amplamente realizada durante a gestão de Jair Bolsonaro, teve impacto direto na capacidade de atuação real de órgãos governamentais.

Não é possível a implementação de políticas sociais e o combate as desigualdades sem recursos destinados para a execução dessas ações.

Evidências

A fome não pode esperar





• Insegurança Alimentar

As políticas adotadas pelo último governo no enfrentamento das desigualdades sociais andaram na contramão das discussões que ocorrem em âmbito internacional. Um dos compromissos da Agenda 2030 é a erradicação da fome e garantia de segurança alimentar, especialmente de pessoas em situação vulnerável e crianças.

Em 2022 o Brasil volta ao mapa da fome da ONU, do qual havia saído em 2014 após décadas de esforços integrados entre diferentes instâncias do governo.

O número de pessoas que lidaram com algum tipo de insegurança alimentar foi de 61,3 milhões – praticamente três em cada dez habitantes do Brasil, que tem uma população estimada em 213,3 milhões. Desse total, 15,4 milhões enfrentaram uma insegurança alimentar grave. Seis em cada dez domicílios estão em condição de insegurança alimentar, o que representa 125,2 milhões de pessoas e um aumento de 7,2% desde 2020, e de 60% em comparação com 2018¹³.

13. <https://olheparaafome.com.br/>

A situação das mulheres é ainda mais grave, de acordo com dados levantados pela pesquisa VIGISAN 2022, aproximadamente, uma em cada cinco famílias chefiadas por pessoas autodeclaradas negras no Brasil sofre com a fome representando 37,6%, em comparação aos lares chefiados por pessoas brancas no qual a porcentagem é 10,6%. A situação é ainda mais grave quando se leva em conta o gênero: 22% dos lares chefiados por mulheres autodeclaradas pardas ou pretas sofrem com a fome, quase o dobro em relação a famílias comandadas por mulheres brancas (13,5%).

Apesar da grave situação enfrentada, em agosto de 2022 o ex-presidente Jair Bolsonaro vetou o reajuste no orçamento para a compra de merenda escolar, o valor de R\$ 0,36 é o mesmo desde 2017 apesar da alta no preço dos alimentos. Enquanto isso a fome foi uma realidade para 23,8% das famílias que tinham crianças menores de 10 anos de idade e eram chefiadas por mulheres negras.



• Redução drástica nos gastos voltados para políticas sociais

Com a mudança de governo ocorrida no início de 2023, tivemos a criação de órgãos dentro do poder executivo voltados para as mulheres e população negra. Porém as pastas enfrentam problemas orçamentários que dificultam a sua atuação plena. Apesar de ter a maior dotação orçamentária da história da pasta, o Ministério da Igualdade Racial tem prevista no ano de 2023 o menor orçamento de todos os ministérios.

O orçamento de programas voltados à proteção da mulher como construção e manutenção da Casa da Mulher Brasileira, políticas de enfrentamento a violência contra as mulheres,

central de atendimento à mulher, Disque 180/Disque 100 sofreram fortes impactos. Em análise do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2023 realizado pelo INESC, fica visível que a gestão Bolsonaro enviou o pior orçamento para o Ministério das Mulheres dos últimos anos: apenas R\$ 13 milhões. Houve, contudo, aumento do recurso autorizado no Congresso, chegando a R\$ 33,1 milhões, valor ainda muito menor se comparado a anos anteriores. A diminuição de recursos alocados para as mulheres entre 2022 e 2023 foi de 24%, e poderia ter sido de 70%, se não fosse a ação do Legislativo¹⁴.

14. Fonte: Nota técnica Análise do Orçamento de Políticas de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do INESC. <https://www.inesc.org.br/orcamento-paracombater-violencia-contra-mulheres-pior-ano-a-anocom-pior-cenario-para-2023/>

POR QUE INCIDIR NOS SISTEMAS INTERNACIONAIS DE DEFESA, PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DE DIREITOS HUMANOS?

A participação de mulheres negras cis e trans e suas organizações no espaço cívico brasileiro, como vimos, é ainda realizada por meio da superação de inúmeros obstáculos. O mesmo se dá com suas participações tanto no sistema de proteção de direitos humanos da ONU quanto no Sistema Interamericano (OEA), o que faz com que as ações de incidência política nestes fóruns sejam descontinuadas e dis-

persas, considerando os investimentos em recursos e capacidade técnica específica para a atuação. A ampliação em número e qualidade estratégica de participação das organizações negras e de mulheres negras cis e trans pode representar maior pressão dos estados membros sobre agendas prioritárias dos direitos humanos junto ao Estado brasileiro.

NO RADAR

• COMITÊ PELA ELIMINAÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL - CERD

O Comitê pela Eliminação da Discriminação Racial da ONU (CERD) é um espaço prioritário de incidência na defesa dos direitos das mulheres negras cis e trans. Criola atua junto ao

CERD há décadas, entendendo esse como um espaço prioritário na luta pela defesa dos direitos das mulheres negras cis e trans. Na última revisão pela qual o Brasil passou junto a CERD

enviamos em conjunto com outras organizações (Geledés, Comunidade Bahá'í e Raça & Igualdade) um relatório alternativo aquele apresentado pelo Esta-

do brasileiro, ressaltando pontos nos quais as políticas para a população negra no Brasil não avançou ou retrocedeu.

• REVISÃO PERIÓDICA UNIVERSAL – RPU

A Revisão Periódica Universal (RPU) é um mecanismo desenvolvido pelo Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), para avaliar a situação de Direitos Humanos nos países membros. Os países são avaliados em ciclos a cada quatro anos e meio, os grupos de trabalho baseiam baseiam-se em três relatórios: o que o Brasil diz sobre si mesmo; os problemas apontados pela sociedade civil; e o compilado de relatórios de agências da ONU sobre os direitos humanos no Brasil.

No último ciclo de avaliação do Brasil, Criola enviou um relatório abordando temáticas relativas ao fechamento dos espaços cívicos no Brasil e seu impacto na vida das mulheres negras cis e trans. Além de denunciar a situação crítica vivenciada no país, propomos recomendações de medidas a serem adotadas pelo estado brasileiro para combater o racismo cisheteronormativo.

• COP27

As mulheres negras são as mais afetadas pelos efeitos das mudanças climáticas, os riscos de tragédias ambientais não são democraticamente compartilhados, tornando os movimentos por justiça climática essenciais para trazer a perspectiva de raça e gênero para o debate.

A relatora especial da ONU sobre formas contemporâneas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerâncias correlatas, Tendayi Achiume, tratou sobre a crise climática mundial e justiça racial em seu último relatório (A/77/2990). A relatora afirma que não podemos resolver a crise climática sem pensar em justiça racial, pois toda ação tomada em relação a crise ecológica se torna uma frente de luta para se desfazer a subordinação racial. A construção de

políticas que não olham para as populações historicamente marginalizadas vem criando “zonas de sacrifício racial” que acabam beneficiando empresas transnacionais que canalizam essas riquezas para o norte global.

Criola esteve presente na COP27, ocorrida em Sharm El-Sheik no Egito, reiterando que as discussões sobre as mudanças climáticas devem ser feitas sob as lentes das questões de gênero, raça e territórios. Tal participação faz parte de um esforço de inserir cada vez mais mulheres negras nas discussões sobre justiça climática e racismo ambiental, visando uma ampla participação na COP30 que será realizada em Belém.

2025, Criola **INFORME DEMOCRACIA** **NA PRÁTICA – Nº 1**

Esta obra é disponibilizada nos termos da Licença Creative Commons – Atribuição – Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 4.0 Internacional. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

Criola

Av. Pres. Vargas, 482, Sobreloja
203 – Centro, Rio de Janeiro –
RJ – 20051-001
Site: criola.org.br
E-mail: criola@criola.org.br

1ª edição – 2023 – **versão eletrônica**

Elaboração, distribuição e informações: Esta publicação, produzida por Criola, integra as ações do “Projeto Mulheres Negras na Luta Política pela Conquista de Direitos”, apoiado pelo Instituto de Raça, Igualdade E Direitos Humanos em parceria com o Consórcio de Direitos Humanos: Fortalecimento da Capacidade de Organizações de Direitos Humanos na América Latina e no Caribe para Proteger e Defender seus Direitos.

Apoio:



EQUIPE TÉCNICA:

- **Supervisão**

Lúcia Xavier e Mônica Sacramento

- **Monitoramento, pesquisa e redação**

Marina Fonseca

- **Redação final**

Mônica Sacramento

- **Revisão de texto**

Júlia Tavares

- **Projeto Gráfico**

Inajah Cesar | estúdio quitanda



• **Visite nosso site:**
criola.org.br

• **Acompanhe Criola nas Redes Sociais:**



@ongcriola



@Criolamulheresnegras



Criola